



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Gratificação mensal a título de representação. Informação não disponível. Indicação do órgão competente para ofertar resposta. Presunção de veracidade da alegação do órgão público. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 133/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria de Planejamento e Gestão, de número SIC em epígrafe, para acesso à listagem com as pessoas para as quais foi concedida gratificação a título de representação.
2. Em resposta, o ente informou que encaminhou a solicitação à Unidade Central de Recursos Humanos – UCRH, que alegou que ante a ausência de um sistema de recursos humanos, somente o Departamento de Despesa de Pessoal do Estado da Secretaria da Fazenda poderia fornecer a lista pretendida, bem como que não existe no Portal da Transparência do Estado o quanto almejado, mantendo a mesma resposta em apreciação recursal. Irresignado, o solicitante apresentou apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. A Ouvidoria Geral entrou em contato com o ente demandado para verificar a possibilidade de complementar as informações fornecidas, e a resposta aponta não haver negativa de acesso, pois as informações pretendidas pelo solicitante não são detidas pelo órgão requerido.
4. Ressalte-se que a Lei nº 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. No caso em apreço, o ente esclareceu não possuir os dados e indicou o Departamento de Despesa de Pessoal do Estado da Secretaria da Fazenda como destinatário correto na busca pela informação.
5. Oportuno lembrar que afirmação de órgão público está revestida de presunção relativa de veracidade, conforme entendimento desta Ouvidoria Geral, também adotado em âmbito federal pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e

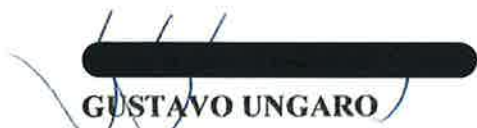


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

Controladoria Geral da União: “A alegação de inexistência de documento/informação por órgão público é revestida de presunção relativa de veracidade, decorrente do princípio da boa fé e da fé pública. Tal posicionamento tem respaldo na doutrina. Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles (2013) aduz que os atos administrativos, qualquer que seja sua categoria ou espécie, nascem com a presunção de legitimidade, independentemente de norma legal que a estabeleça. Essa presunção decorre do princípio da legalidade da Administração, que nos Estados de Direito, informa toda a atuação governamental.” (Referência: 08850.000326/2015-22. Órgão recorrido: Departamento de Polícia Federal. Interessado: A.S.F.).”

6. Vale dizer, por derradeiro, que o SIC da Secretaria de Planejamento e Gestão, logo após ter tomado conhecimento, pela manifestação da UCRH, de que esta não detinha as informações almejadas, poderia ter encaminhado a solicitação ao órgão correto na primeira oportunidade possível, a fim de buscar atender ao pedido e fazer cumprir a Lei em vigor.
7. Ante o exposto, sendo incompetente o ente público recorrido para fornecer o acesso às informações requeridas, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 3 de julho de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO